



CIDADÃO NEOLIBERAL? PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SUBJACENTES AO MODELO ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL TÉCNICA (ECIT) DA REDE ESTADUAL DA PARAÍBA¹

NEOLIBERAL CITIZEN? PEDAGOGICAL PRACTICES UNDERLYING THE SCHOOL CITIZEN INTEGRAL TECHNICAL MODEL (ECIT) OF THE STATE NETWORK OF PARAÍBA

1

¿CIUDADANO NEOLIBERAL? PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS SUBYACENTES AL MODELO ESCUELA CIUDADANA INTEGRAL TÉCNICA (ECIT) DE LA RED ESTATAL DE PARAÍBA

Francisco Vieira da Silva²
Avelino Aldo de Lima Neto³

Resumo: Considerando o protagonismo dado ao modelo Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT) no âmbito da formulação de políticas públicas estaduais da Paraíba e a possibilidade de integração entre a formação cidadã e a preparação para o mercado de trabalho, o estudo analisa práticas pedagógicas subjacentes a documentos do referido modelo. O aporte teórico reside nos estudos discursivos foucaultianos. O *corpus* compreende três fascículos publicados no *site* das ECITs. As análises permitem entrever a defesa de uma inserção rápida do egresso do formato ECIT no mercado de trabalho, supondo, assim, uma formação fragmentada, e o aprimoramento de competências socioemocionais em franca sintonia com os ditames da racionalidade neoliberal.

Palavras-chave: Educação profissional. Discurso. Neoliberalismo. Práticas pedagógicas.

¹ Este artigo resulta de relatório de Estágio Pós-Doutoral realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN). O estágio foi realizado pelo primeiro autor sob a supervisão do segundo.

² Doutor em Linguística. Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4922-8826>. E-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br

³ Doutor em Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4810-8742>. E-mail: ave.neto@hotmail.com.



Abstract: Considering the protagonism given to the School Citizen Integral Technical model (ECIT) in the context of the formulation of state public policies in Paraíba and the possibility of integration between citizenship education and preparation for the job market, this study analyzes pedagogical practices underlying documents of the said model. The theoretical framework is based on Foucauldian discursive studies. The corpus comprises three booklets published on the ECITs website. The analyses reveal the defense of a quick insertion of the ECIT format graduate into the job market, thus assuming a fragmented education, and the improvement of socio-emotional competencies in close accordance with the dictates of neoliberal rationality.

Keywords: Professional education. Discourse. Neoliberalism. Pedagogical practices.

Resumen: Teniendo en cuenta el protagonismo dado al modelo Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT) en el ámbito de la formulación de políticas públicas estatales de Paraíba y la posibilidad de integración entre la formación ciudadana y la preparación para el mercado laboral, el estudio analiza prácticas pedagógicas subyacentes a documentos del mencionado modelo. El aporte teórico se basa en estudios discursivos foucaultianos. El corpus comprende tres fascículos publicados en el sitio web de las ECITs. Los análisis permiten vislumbrar la defensa de una inserción rápida del egresado del formato ECIT en el mercado laboral, suponiendo así una formación fragmentada y el perfeccionamiento de competencias socioemocionales en franca sintonía con los dictados de la racionalidad neoliberal.

Palabras-clave: Educación profesional. Discurso. Neoliberalismo. Prácticas pedagógicas.

Submetido 03/02/2023

Aceito 20/06/2023

Publicado 29/06/2023

Introdução

Entre 2012 e 2015, o primeiro autor deste texto atuou como docente do ensino médio na rede estadual da Paraíba. Durante aquele período, já vivenciávamos mudanças estruturais na rede, especialmente no que se referia à contínua redução da oferta de turmas do ensino fundamental, deixando a cargo dos municípios, e ao incentivo de ações de fortalecimento do ensino médio, a partir de programas de formação continuada. Tais modificações posteriormente seriam aprofundadas por meio da criação de um modelo voltado à educação integral no âmbito ensino médio. Em 2015, conforme informações presentes no portal Paraíba Educa, da Secretaria de Estado da Educação, o Governo do Estado, em parceria com o Itaú Social e o Instituto Natura, idealizaram o modelo Escola Cidadã Integral Cidadã (ECI), com vistas a atender as metas 6 e 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que tratam da implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e a ampliação da jornada escolar, bem como a formação integral do estudante.

Seguindo essa política, o governo da Paraíba começou, de modo tímido, a partir de 2016, a investir na educação profissional vinculada ao ensino médio. Essa ação encontra-se atrelada ao PNE e ao Plano Estadual de Educação (2015-2025), que prevê a expansão de matrículas na educação profissional, preferencialmente de forma integrada ao ensino médio. Baseando-se na tônica das ECIs, entraram em funcionamento as Escolas Integrais Cidadãs Técnicas (ECITs), as quais eram apenas 3, em 2016, e, em 2018, o número subiu para 31. Em 2021, já são 124 escolas do estado ofertam cursos técnicos e funcionam em regime integral⁴. Conforme lemos na seção Quem somos⁵ na aba relativa ao modelo ECIT, no portal Paraíba Educa, a missão de tal modelo consiste em “[...] proporcionar o enriquecimento intelectual e a inserção de jovens no mercado de trabalho, estimulando o empreendedorismo, a responsabilidade socioambiental, o projeto de vida, as experiências práticas e o desenvolvimento cognitivo do aluno” (SISTEMA DE ENSINO DAS ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS TÉCNICAS, 200, s. p). Nessa rápida apresentação, tem-se uma miscelânea de vozes advindas de diferentes instâncias sociais, as quais buscam governar, no sentido foucaultiano, a educação brasileira.

⁴ Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/noticias/governo-divulga-a-lista-das-73-escolas-da-rede-estadual-que-serao-cidadas-integrais-em-2021>. Acesso em: 22 fev. 2021.

⁵ Disponível em: <https://pbeduca.see.pb.gov.br/eci/ecit-tecnica>. Acesso em: 21 mar. 2021.

Entendemos que o modelo ECIT, ao basear-se num currículo organizado por competências (MACEDO, 2019) e amparado em saberes do campo empresarial, está intimamente relacionado com uma série de modificações curriculares encetadas em caráter mundial (HYPOLITO, 2021) e que, no caso do Brasil, foram definidoras na constituição de uma nova configuração do ensino médio, a partir da reforma do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) e da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM), em 2018.

Como corolário de toda a dinâmica sócio-política que caracterizou a construção da reforma do ensino médio e da Base, podemos apontar a acentuada associação das políticas curriculares com as forças do setor privado, capitaneadas por uma série de fundações filantrópicas e ligadas a grandes conglomerados empresariais. Essa relação agudizou-se no contexto do esgarçamento do tecido democrático brasileiro, em virtude de três acontecimentos sucessivamente interconectados: a deposição da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, a assunção de Michel Temer à presidência do país, no mesmo ano, e a vitória presidencial de um candidato de extrema direita em 2018. Como resultado deste último acontecimento, assistimos à curiosa conjugação de forças neoconservadores e religiosas com os interesses neoliberais, de modo a contribuir com o enfraquecimento do caráter gratuito, laico e republicano da escola brasileira (BARZOTTO; SEFFNER, 2020).

Certamente as inflexões do mercado na gestão pública não emergem hoje. Podemos, num rápido sobrevoo na história, recuperarmos o fortalecimento da atuação de forças neoliberais a partir da década de 70 do século passado e no decênio seguinte, tendo em vista as experiências de governos com matriz neoliberal em países como Chile, Estados Unidos e Inglaterra. No Brasil, vem à tona essa racionalidade em razão de políticas de privatização de empresas públicas e de enxugamento do Estado nas gestões presidenciais de Itamar Franco (1992-1994) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Todavia, é importante frisar que, conforme pontuam Dardot e Laval (2016), a lógica neoliberal não impacta apenas sobre a economia no sentido estrito, mas se trata de uma forma de governo que se alastra por toda a sociedade e modula as subjetividades contemporâneas, ao apostar na concorrência e na competitividade em praticamente todos os âmbitos da vida. Sobre isso Rago (2017, p. 364) reforça: “[...] a governamentalidade neoliberal diz respeito a um modo particular de sujeição: a constituição do eu como empresa, ou do *homo economicus*”.

Percorrendo, pois, essa entronização da governança do mercado na regulação da vida, aparece com ênfase na atualidade à figura do empreendedor como uma representação prototípica do regime de verdade neoliberal.

No que se refere especificamente à questão da educação profissional e o ensino médio, notadamente na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), um debate histórico necessita ser revisitado: a dualidade entre a formação integral e a dissociação entre a preparação para o mercado do trabalho e a formação geral. Conforme destacamos em Silva, Souza e Silva (2020), tomando como base a análise de uma peça publicitária institucional do programa Novos Caminhos, desenvolvida pelo Ministério da Educação para tratar do Itinerário Formativo V: “Formação técnica e profissional” do Novo Ensino Médio, há um recrudescimento do caráter dualista na oferta do ensino médio, haja vista que se orienta por interesses econômicos, balizados pela racionalidade neoliberal, cujas palavras de ordem são competências, flexibilidade curricular, empreendedorismo, empregabilidade e certo pragmatismo que pode levar a uma especialização precoce dos jovens.

Partindo desses apontamentos, buscamos neste texto investigar as práticas pedagógicas na educação profissional da rede estadual da Paraíba, a partir da análise discursiva de documentos relativos ao modelo ECIT, considerando o protagonismo dado a esse modelo no âmbito da formulação das políticas públicas estaduais e a possibilidade de integração entre a formação cidadã e a preparação para o mercado de trabalho.

O *corpus* de análise recobriu séries enunciativas extraídas dos seguintes documentos, produzidos pela Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, que se encontram disponíveis no portal Paraíba Educa: a) *Articulação curricular e projetos empreendedores: uma prática inovadora na rede pública estadual da Paraíba* (2018); *Disciplinas empreendedoras: metodologias para uma aprendizagem integral e cidadã* (2021); *Currículo por competências: caminhos para a integração entre a formação básica e a educação profissional e técnica* (2021).⁶

⁶ Adotamos a seguinte codificação para os documentos, a saber: a) *Articulação curricular e projetos empreendedores: uma prática inovadora na rede pública estadual da Paraíba* – ACPJ; *Disciplinas empreendedoras: metodologias para uma aprendizagem integral e cidadã* – DE; *Currículo por competências: caminhos para a integração entre a formação básica e a educação profissional e técnica* – CP.

No processo de descrição e interpretação das séries enunciativas, tomamos como aporte metodológico a perspectiva arquegenealógica de Michel Foucault, que consiste em analisarmos os saberes que embasam a emergência dos discursos e o funcionamento de relações de poder por meio da história. O exame dessas séries, conforme a leitura de Navarro (2020), procedeu do seguinte modo: a) isolar a instância do discurso como um acontecimento para, com isso, relacioná-lo com outros enunciados; no nosso caso, concebemos o modelo ECIT como um acontecimento discursivo responsável pela aparição de uma série de discursos e práticas, bem como atrelá-lo a condições históricas de possibilidade; b) recortar a série enunciativa, com vistas a mostrar como se constrói saberes acerca do acontecimento; nessa proposta de pesquisa, visamos a rastrear como o modelo ECIT pode concatenar a perspectiva de uma formação integral com a formação profissional; c) averiguar as posições de sujeito presentes nos discursos dos documentos, visando interpretar como erigem-se práticas pedagógicas no esteio da educação profissional.

Análise dos documentos do modelo ECIT

No contexto do modelo ECIT, poderemos observar como a racionalidade neoliberal se faz presente, tendo em vista a estreita aproximação das políticas públicas educacionais com os interesses do terceiro setor. De acordo com Ball (2014), isso ocorre a partir da criação de novas redes e comunidades de políticas em conformidade com a lógica neoliberal que vão desde os organismos multilaterais, como o Banco Mundial, a UNESCO, a OCDE, até as organizações sem fins lucrativos de cada país e estado. Ainda de acordo com Ball (2014, p. 160), emerge nessa configuração de agentes a atuarem sobre a escola pública um discurso com viés salvacionista que “[...] promete salvar escolas, líderes, professores e alunos do fracasso, dos terrores da incerteza e das confusões das políticas e deles mesmos – de suas próprias fraquezas”.

Num dos documentos do modelo ECIT, chamou-nos a atenção o discurso da representante do Itaú Educação e Trabalho, Ana Inque, que atuou em parceria com o governo do Estado da Paraíba na idealização do referido modelo. Vejamos:

Sem a formação adequada para lidas com as inúmeras e novas situações da vida, e menos ainda para iniciar a formação profissional e ingressar no mundo

do trabalho, esse é o momento em que a juventude se confronta com a dissociação entre o universo escolar e aquele para além da escola. É nessa fase que se torna mais evidente o quanto, historicamente, a escola foi se distanciando de suas responsabilidades: *a formação para o mundo do trabalho* (ACJP, 2018, p. 8, grifo nosso).

O discurso citado introduz o documento *Articulação Curricular e Projetos empreendedores: uma prática inovadora para a rede estadual da Paraíba*. Publicado em 2018 – trata-se do primeiro material a delinear as especificidades do modelo ECIT. Podemos notar a consecução de certo diagnóstico por parte do sujeito enunciador: a educação escolar não forma para o mundo do trabalho, não cumprindo uma das suas responsabilidades. Diante disso, cabe ao terceiro setor a missão de reordenar a educação profissional, de maneira mostrar como “deve” ser feito. Esse discurso insere-se no esteio de uma posição de esclarecimento, de credibilidade, com base em vontades de verdade ancoradas no aparato institucional. Considerando o lugar de onde se enuncia, ou seja, a porta-voz de uma instituição financeira (um banco, mais especificamente), é possível supor sobre que concepção de mundo do trabalho permeia esse posicionamento.

Ao analisar o discurso de organizações sociais e/ou fins lucrativos que atuam no setor educacional, dentre as quais situamos o Itaú Educação e Trabalho, Knöpker e Costa (2021, p. 8) esclarecem que essas organizações têm em comum “o fato de haver, entre seus fundadores e parceiros, empresário de renome e/ou grandes empresas”. As autoras ainda apontam “[...] situação que dificilmente seria outra, pois, na lógica neoliberal, em busca de crescimento econômico, se investe no desenvolvimento de capital humano, ou dito de outro modo, na educação” (KNÖPKER; COSTA, 2021, p. 8).

O posicionamento da superintendente do Itaú Educação e Trabalho consiste em defender que “[...] uma educação de qualidade, que invista e insista na formação de sujeitos críticos, autônomos e com desenvoltura para atuar em diferentes contextos, pode mudar esse cenário” (ACJP, 2018, p. 8). E é justamente nesta direção, de apoiar ações e projetos educativos relacionados à educação e mundo do trabalho, que a entidade define o seu raio de atuação.

Nós, do Itaú Educação e Trabalho (IET), consideramos a educação estratégica para a conquista da cidadania plena pelos jovens e vetor de desenvolvimento social, político, econômico e cultural da nação. Por isso, há mais de uma

década, em parcerias com entidades civis e o poder público, apoiamos, incentivamos e desenvolvemos práticas que contribuam para a melhoria da educação pública, com foco, sobretudo, na formação para o mundo do trabalho como parte da Educação básica (ACJP, 2018, p. 8).

No trecho selecionado acima, notamos o uso da primeira pessoa do plural (“nós”), de maneira a assinalar que o sujeito enuncia por meio de uma coletividade, ou seja, a entidade de que faz parte. E tal entidade assume um compromisso com a educação básica, qual seja: apoiar, assessorar e desenvolver ações relativas à formação para o mundo do trabalho no interior da educação básica. Tendo em vista a estreita conexão com a racionalidade neoliberal, é imperioso questionar qual concepção se depreende do termo “cidadania plena” nesse jogo discursivo, bem como na própria denominação do modelo de educação cidadã integral técnica.

Para isso, mobilizamos algumas reflexões conduzidas por Carvalho (2020) sobre o processo de desertificação sofrido pela escola na atualidade, em razão da proeminência do sistema de governo neoliberal. Segundo o autor, esse estado de coisas coincide com uma demanda de empobrecimento subjetivo da racionalidade neoliberal, pois esta tende a incutir a competição, a exclusão do outro como adversário, opondo-se ao bem-comum, ao senso de coletividade, à presença do Estado em nossas vidas. Daí ser imperioso destacar como esse sujeito cidadão é emoldurado num conjunto de saberes que, *a priori*, mostram-se incompatíveis. De acordo com Carvalho (2020), esse processo de desertificação da escola pública ocorre porque o Estado passa a operar sob os desígnios do mercado, “[...] como servo funcional do sistema de precarização existencial, em vista do lucro das grandes corporações” (CARVALHO, 2020, p. 95). Isso se desdobra em metodologias de ensino, conteúdos, atividades didáticas e formação docente. Observa-se, nesse sentido, o florescimento de uma reflexão sobre quais saberes presentes na escola são demandados para a inserção dos alunos no mercado de trabalho e o desenvolvimento de competências que os capacite a serem proativos, flexíveis e gestores dos riscos.

Sob esse enfoque, a cidadania de que se vale a entidade bancária certamente não conflui para o que se prega no caráter da *res publica*, da coisa pública, consoante Carvalho (2020). O termo cidadania é, pois, ressignificado e passa a operar mediante uma lógica que lhe é estranha. Assim, podemos indagar: somente preparar para o mercado de trabalho é garantir cidadania?

Como ocorre essa preparação? A quem interessa a profissionalização precoce dos alunos da escola pública? Simeão (2020, p. 50) postula que, embora pareça incompatível exercer a cidadania plena no cerne do capitalismo, é prudente “[...] percebemos como possível, principalmente ao considerarmos o ordenamento jurídico, que garante aos cidadãos direitos políticos, espaços de participação política e organização social, que podemos interpretar como ações concretas da cidadania”.

Para dar prosseguimento a essas inquietações discutiremos, a partir de agora, algumas regularidades discursivas (FOUCAULT, 2010) detectadas ao longo do estudo, e que ilustram a maneira como o modelo ECIT articula diferentes saberes e posicionamentos discursivos no governo das condutas dos estudantes do ensino articulado à educação profissional.

a) Formação para o trabalho e racionalidade neoliberal

Nessa primeira regularidade discursiva, rastreamos algumas séries enunciativas a denotarem como o discurso sobre a formação para o trabalho matiza-se com os tons do neoliberalismo, principalmente quando consideramos alguns impactos dessa racionalidade em diferentes setores da vida social, conforme sintetizados por Dardot e Laval (2016), a saber: a) o apelo às privatizações, que, a um só tempo, enxugam o Estado e põem em relevo a eficiência dos modos de governança do setor privado, concebido como mais reativo, flexível e inovador; b) a orientação sistemática na condução dos indivíduos como se estes estivessem sempre numa relação de concorrência e de transação com o mercado; c) a concepção por meio da qual cada sujeito é levado a crer que durante toda sua vida é preciso investir no capital humano, através de uma formação permanente, de constituição de poupança individual para a aposentadoria, com vistas a uma monetização de si; d) o enfraquecimento das forças sindicais e a paulatina perda de direitos trabalhistas, conceptualizados como um impasse à flexibilidade do mercado e à autonomia empreendedora, levando a uma precarização do trabalho; e) o fortalecimento de mecanismos avaliativos que visam a classificar, ranquear, estabelecer performances e níveis rendimentos promover os “melhores” e punir “os piores”, por meio de mecanismos que se mostram ideologicamente neutros; f) a celebração da figura do empreendedor como um signo de prestígio social a ser alcançada por todo e qualquer sujeito.

No tocante à educação profissional, Ciavatta e Ramos (2011) assinalam que a dualidade e a fragmentação do ensino médio e a educação profissional encontra condições de existência na própria estrutura secular de divisão de classes e implantação do capitalismo, ou seja, não se trata de um reflexo única e simplesmente da atual configuração do sistema capitalista neoliberal. Desde o Brasil Colônia, segundo as autoras, tem-se a reprodução das desigualdades sociais, particularmente a partir da separação entre a educação geral, com vistas à organização para os estudos superiores, e a preparação para o mercado de trabalho, no intento de se adequar às exigências do setor produtivo. Diante disso, especialmente para os jovens de classes populares, a educação profissional torna-se uma necessidade, haja vista a premência em possuir uma qualificação mínima para conseguir um emprego. Na análise de Ciavatta e Ramos (2011), há uma dificuldade na constituição das políticas públicas educacionais brasileiras em superar a referida dualidade. De acordo com as autoras, os estudos sobre a formação integrada mostram a existência de dificuldades, mas não a impossibilidade de colocá-la em prática. Entretanto, algumas mudanças são necessárias, a saber: a) a superação da mentalidade conservadora dos padrões pedagógicos em voga; b) a efetiva existência de uma gestão democrática e participativa nas escolas; c) o envolvimento dos professores na transformação das condições objetivas de trabalho escolar; d) a necessidade de aperfeiçoamento e formação docente, bem como a garantia de planos de salários e carreira. Nas palavras de Medeiros Neta, Lima Neto e Thomas (2020, p. 27), “[...] A busca por uma formação integral, em sintonia com os jovens, permanece um ideal no horizonte”.

Diante dessas reflexões, olhemos para os dados, conforme a série enunciativa abaixo transcrita.

A educação passa por um momento de grande reformulação, em que o modelo padrão conhecido não se encaixa nas necessidades deste novo século. Com o mundo em *constante transformação*, o mundo do trabalho está cada vez mais *dinâmico, competitivo e principalmente seletivo*. (ACJP, p. 6, grifo nosso).

Para muitos de nossos jovens, *a possibilidade de inserção mais rápida* no mercado de trabalho é a chave que precisam para abrir a porta da *cidadania* e continuar com os seus estudos. (ACJP, p. 6, grifo nosso).

O Método ECIT combina inovações curriculares e pedagógicas que visam preparar os jovens para a vida e para um mundo do trabalho *em constante transformação*. (ACJP, p. 11, grifo nosso).

Os jovens vivenciam situações-problema reais enfrentadas no *cotidiano empresarial* e comunitário onde vivem e são motivados a pensar, dialogar,

construir e intervir, de modo a transformar positivamente a realidade. (DE, p. 10, grifo nosso).

Na série antes disposta, é possível compreender a conexão dos discursos acerca da formação para o mundo do trabalho com a racionalidade neoliberal, em função da constatação segundo a qual se trata de um mercado competitivo, seletivo e em constante transformação. Assim, para atender a essa demanda constitutivamente instável, convém formar sujeitos flexíveis, proativos e autônomos. No modelo ECIT, A escola passa a funcionar como uma espécie de laboratório a aglutinar as preocupações do campo empresarial (“situações-problema do cotidiano empresarial”), a conceber um mundo do trabalho em contínua transformação e a criar condições para uma inserção rápida no mercado de trabalho como condição para o exercício da cidadania, o que nos permite observar algumas contradições. Do discurso manifesto nos documentos, depreende-se que tal inserção matiza-se por uma formação um tanto quanto aligeirada, não condizente com a suposta seletividade do mercado de trabalho, pois ser seletivo escolher “os melhores”, por assim dizer, e essa formação qualificada requer tempo e dedicação. Além disso, soa estranho pensar em “inserção rápida” dissociada de trabalhos precários, conforme pensados por Standing (2020), como um contingente de trabalhadores que não têm uma âncora de estabilidade. O sociólogo inglês nomeia esses trabalhadores de precariado, junção dos termos precário e proletariado, e situa esse fenômeno no contexto da financeirização e da globalização dos mercados. Alves e Azevedo (2020) assinalam os efeitos danosos da terceirização que, de modo geral, degrada as relações de trabalho e reduz drasticamente os direitos dos trabalhadores e a qualidade do emprego. Diante disso, poderíamos indagar: estaria a escola atuando no sentido de favorecer um ingresso no campo do trabalho marcado pela precarização?

Outro ponto problemático é pontuar que a cidadania e a possibilidade de dar continuidade aos estudos estão condicionadas a essa “rápida inserção” no mercado de trabalho. Ora, como sabemos, tem-se acentuado no Brasil um processo espantoso de crescimento do trabalho informal, especialmente após a promulgação da Lei nº 13.467 de 2017, que instituiu a Reforma Trabalhista, no governo de Michel Temer (2016-2018). O cenário da pandemia da Covid-19, decretada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) complexificou ainda mais esse quadro. A população jovem, de acordo com Vinícius Pinheiro,

diretor regional da Organização Internacional para o Trabalho (OIT) para a América Latina e o Caribe, em entrevista ao jornal O Globo, necessitará de apoio dos governos para conquistar uma vaga no mercado de trabalho. Em entrevista a Trisotto (2021), Pinheiro frisa que os jovens da geração assinalada pelo confinamento imposto pela pandemia são os que mais necessitam de auxílio para garantir postos de trabalho, pois houve uma redução exponencial das vagas e um aumento abrupto do subemprego e da informalidade. Articulando essas condições históricas com os discursos presentes no documento ECIT, podemos flagrar posicionamentos que, em maior ou menor grau, tendem a corroborar com uma conjuntura de esfacelamento dos direitos trabalhistas e de explosão de vagas precárias.

Isso fica ainda mais incisivo quando um dos documentos traz um quadro com as competências e habilidades requeridas para o mundo de trabalho, a seguir expresso.

Figura 1- Competências e habilidades gerais para o mundo do trabalho

Competências e habilidades gerais para o mundo do trabalho		
Analisar dados e propor soluções	Capacidade de lidar com o medo	Personalidade
Aprendizagem contínua	Controle emocional	Postura profissional
Autoconhecimento	Criatividade	Produção de texto voltado ao trabalho
Autonomia	Espírito de liderança	Raciocínio lógico
Boa comunicação	Ética de valores	Respeito
Capacidade de analisar problemas	Flexibilidade	Responsabilidade
Capacidade de argumentação	Iniciativa	Saber ouvir
Capacidade de lidar com a frustração	Motivação	Tomada de decisão
	Pensamento estratégico	Trabalho em equipe
	Perseverança	Visão sistêmica

Fonte: DE, p. 8.

No rol das competências listadas na figura, que também figuram na BNCC-EM, situemos o olhar sobre as consideradas como socioemocionais, porque, de acordo com Dardot e Laval (2016), a subjetividade, feita de emoções e desejos, paixões e sentimentos, crenças e atitudes tem sido cada vez mais mobilizada pelas empresas como uma “receita” para o bom

desempenho. Nesse sentido, preconiza-se um progressivo trabalho sobre si, com vistas a produzir um controle das emoções e um governo das sensações. O modelo ECIT, ao se ancorar nessa racionalidade, busca desenvolver certas habilidades não cognitivas, como autoconhecimento, capacidade de lidar com frustrações, capacidade de lidar com o medo, controle emocional, espírito de liderança, criatividade, flexibilidade, iniciativa, motivação, perseverança, responsabilidade, tomada de decisões, dentre outras. Pressupõe-se, assim, a emergência de posicionamento discurso segundo o qual a escola necessita se adequar às exigências do mercado competitivo, especialmente no que toca às configurações da educação técnica e profissional.

Concordamos com Chaves, Motta e Gawryszewski (2020), quando problematizam os critérios que selecionam certas competências socioemocionais para serem abordadas no ambiente da escola. Segundo esses autores, os saberes responsáveis pela emergência de tais competências se mostram potencialmente neutros, técnicos e destituídos de interesses ideológicos. Ora, ao se propor trabalhar habilidades relacionadas ao controle das emoções e ao exercício de condutas perseverantes, criativas e motivadas, busca-se “[...] a formação de um tipo específico de ser humano, amansado, adaptado às instabilidades do mercado, capaz de dar respostas positivas em meio a situações adversas e acobertando os elementos estruturais que dão origem a esses problemas” (CHAVES, MOTTA; GARWRYSZEWSKI, 2020, p. 18).

Em suma, em nenhum momento dos documentos do modelo ECIT aqui examinados, constatamos uma crítica ou um posicionamento que pudesse evidenciar por que essas habilidades são requeridas e não outras, como se isso fosse um já-dado, um consenso, uma evidência para a qual não se deve lançar quaisquer formas de questionamento. Coadunamos como uma perspectiva de educação crítica e emancipadora, pois defendemos a premência em integrar os saberes técnicos a uma formação geral e mais humana e, portanto, questionadora. Embora os documentos defendam o foco na formação integral, uma análise mais detida do material mostra que tal postura pode ser relativizada. Isso porque fica patente a aderência irrestrita ao *modus operandi* neoliberal e, de acordo com a idealização desse programa, isso não poderia ser diferente, haja vista a atuação flagrante de uma fundação vinculada ao setor financeiro.

Dito de modo mais específico, a formação para o mundo do trabalho, a partir dos recortes analisados, mostra-se articulada aos ditames neoliberais, pois defende valores, saberes, atitudes e posicionamentos em consonância com a competitividade, com a individualização dos processos e a formação tecnicista dessa racionalidade. Assim, toda uma lógica de cunho gerencial é acionada na composição de competências e habilidades a serem desenvolvidas nos estudantes, a despeito das singularidades de cada aluno.

b) ênfase na formação do empresário de si mesmo e no professor como mentor

Ao discutir a configuração do neoliberalismo norte-americano como uma arte de governar, Foucault (2008) atesta que uma das principais particularidades desse modo de governamentalidade em relação ao liberalismo clássico consiste num certo retorno ao *homo economicus*, mas com uma indisfarçável distinção, pois se antes concebido como o homem da troca, um dos parceiros do processo de troca, agora *esse homo economicus* se apresenta como o empresário de si mesmo, “[...] sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (FOUCAULT, 2008, p. 311). Essa tese foucaultiana foi retomada por Dardot e Laval (2016), quando diagnosticam: na sociedade neoliberal somos impelidos a agir e a se comportar como unidades-empresa em todos os âmbitos de nossas vidas, valorizando nosso capital humano e baseando nossas interações sob o binômio custo-benefício. Assim, a formação educacional não passa ao largo dessa questão, porquanto germina “[...] um trabalho pedagógico para que se deve fazer para que cada indivíduo se sinta detentor de um capital que ele deve fazer para frutificar” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 229) e, como consequência, “[...] a instauração de dispositivos que são destinados a ativar os indivíduos, obrigando-os a cuidar de si mesmos, educar-se, procurar um emprego” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 22).

Embora isso perpassasse todos os documentos do modelo ECIT, centramos nosso olhar sobre um material que se dispõe a demonstrar como os docentes e os alunos da rede podem criar uma Empresa Pedagógica (EP). Segundo o documento norteador do modelo ECIT, o objetivo da EP consiste em “[...] promover a preparação prática para os desafios do mundo do trabalho” (DE, 2021, p. 14). Para tanto, é necessário que os alunos vivenciem “o passo a passo dos desafios do universo empresarial a partir da criação de uma empresa fictícia em parceria

com uma empresa real” (DE, 2021, p. 14). Duas constatações podem ser extraídas desse discurso que circula nos documentos do modelo ECIT. A primeira constitui certa redução da concepção de mundo do trabalho, haja vista o fato de estar restrito aos limites do campo empresarial. De modo sintético, é como se o trabalho estivesse articulado somente aos limites do universo da empresa, o que certamente empobrece a multiplicidade a englobar as diversas ocupações, áreas e campos de atuação a envolver a noção de trabalho. A segunda constatação resulta da primeira, porque uma vez que os desafios do mundo do trabalho podem ser examinados por meio da criação de uma empresa significa dizer que a lógica empresarial preexiste toda e qualquer manifestação no campo do trabalho, pois, em uma última instância, não somos mais que unidades-empresa, segundo a racionalidade neoliberal a subsidiar o modelo ECIT.

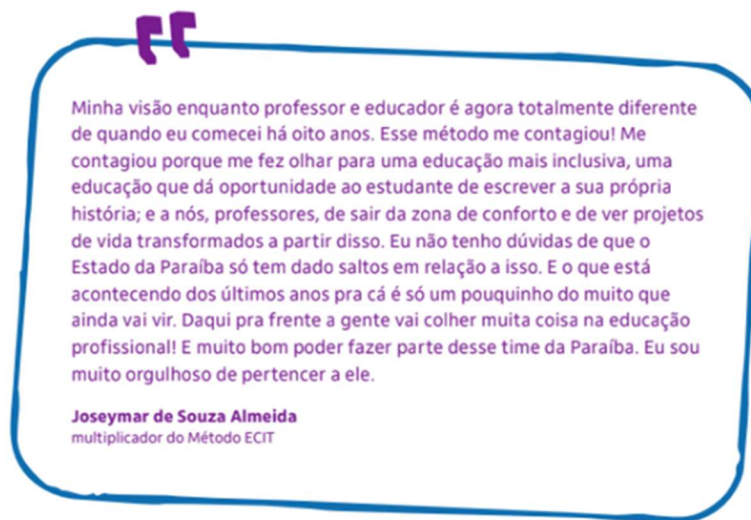
Laval (2004), ao investigar os efeitos do neoliberalismo na educação, considera a irrupção de uma lógica da competência responsável por dar mais prioridade às qualidades mais diretamente úteis à constituição de uma personalidade empregável, em detrimento de conhecimentos mais apropriados, porém destituídos de um caráter imediatamente econômico. Na ótica do modelo ECTI, defende-se que, por meio da EP, “[...] é chegado o momento em que ele [o discente] compreende o universo do setor produtivo, revisita as relações sociais e os valores e descobre como levar tudo isso para o mercado de trabalho” (DE, 2021, p. 7). Tem-se, segundo o documento, uma imersão do aluno em saberes e técnicas atinentes ao modelo empresarial, com vistas a fazer com que essa formação esteja em contínua conexão com o mercado, mais precisamente através de uma concepção tecnicista a ignorar todas as nuances que assinalam as relações do sujeito com o trabalho. Tudo isso se alia com a racionalidade neoliberal, pois esta opera no sentido de demonstrar que ela é a única forma possível de administrar a si mesmo e aos outros, apagando o caráter político da economia.

Noutro trecho do documento, lemos: “[...] aprendendo desde as áreas em que pode atuar, podendo até a ter seu próprio negócio e ser seu próprio chefe” (DE, 2021, p. 7). Nesse enunciado, flagra-se a defesa do empreendedorismo como um valor a ser celebrado no interior do modelo ECIT. Figura-se, assim, um posicionamento para o qual se torna premente levar os alunos a se identificarem com o aspecto de novidade advindo do sujeito empreendedor, marcado pela flexibilidade, autonomia e criatividade. Nessa perspectiva, “ser seu próprio chefe” é quase

um mantra da agenda empreendedora, pois supõe a nulidade das relações engessadas entre patrão/chefe e empregado e a irrupção de uma posição ativa, inovadora, supostamente livre e conectada com os novos ares do neoliberalismo. Sobre isso, podemos citar Han (2018, p. 65), quando destaca que “[...] A emoção é celebrada como expressão da subjetividade livre. A técnica neoliberal explora essa subjetividade livre”.

Nos relatos de docentes e discentes que acompanham os documentos ora analisados, podem-se observar indícios de dizeres marcados pela emoção. Consideramos tais relatos como estratégias discursivas responsáveis por fazer uma espécie de *marketing* do modelo ECIT, mostrando as vivências dos agentes que integram a rede estadual de educação profissional e técnica e, com isso, buscando angarias novas adesões ao referido modelo. Vejamos a figura a seguir.

Figura 2 – Relato de docente sobre o modelo ECIT I



Fonte: ACJP, 2021, p. 12.

O relato expressa, em tom emotivo, que o método ECIT “contagiou” o docente a ponto de ele tornar-se um multiplicador do modelo e defendê-lo como uma alternativa ideal para a educação profissional. Do ponto de vista linguístico, essa emoção é acionada pelo emprego do ponto de exclamação, de adjetivos como “orgulhoso”, “inclusiva”, de advérbios como “totalmente” e “muito” e de construções de valor assertivo como “não tenho dúvidas” que, ao mesmo tempo em que diagnosticam o êxito do modelo ECIT no presente, garantem a existência

de um futuro promissor no campo da educação profissional. O docente assinala uma transformação inédita em sua carreira profissional em dois aspectos: os alunos são instados a serem protagonistas e “escreverem suas próprias histórias”, os docentes são impulsionados a saírem “de sua zona de conforto” e assumirem uma posição ativa no processo de transformação dos discentes. Em ambas as frentes, emerge a representação do empresário de si mesmo, porquanto se pontua a formação de um professor como o mentor e do aluno como o protagonista no processo de aprendizagem.

Essa transformação do professor em mentor aparece de maneira explícita no documento relativo às Disciplinas Empreendedoras (DE) e ilustra as transformações por que passam os agentes da prática educativa, quando a racionalidade neoliberal invade esse campo. Nessa lógica, o professor se aproxima (em, certa medida, confunde-se) de figuras disparatadas como o *coach*, o instrutor, o tutor e treinador, a produzir condutas em conformidade com uma certa customização do mercado. Conforme frisam Scherer e Gräff (2020, p. 3), ao proceder assim, “[...] a principal função do docente – o ensino – fica esmaecida, em detrimento de ações como acompanhar, facilitar ou conduzir a aprendizagem dos alunos”. Seguindo essa toada, o modelo ECIT propõe “[...] transformar esses docentes em mentores de seus estudantes, capazes de garantir uma atuação autoral dos jovens em todas as etapas das sequências didáticas previstas” (DE, 2021, p. 22). Constatamos nesse enunciado que, com o intuito de ofertar atividades didáticas favoráveis ao protagonismo do aluno, o docente necessita transitar do lugar social por ele ocupado para um rótulo um tanto quanto indefinido, mas bastante revelador de uma dada desprofissionalização da carreira docente, haja vista que parece não haver mais espaço para ela no seio da racionalidade neoliberal. Noutros termos, a adoção do modelo de tutor incide sobremaneira sobre o caráter público e democrático da escola. Conforme nos advertem Scherer e Gräff (2020), a centralidade na aprendizagem sob um viés individualizante tende a silenciar as desigualdades sociais e econômicas nas quais os alunos estão inscritos, uma vez que não se problematiza tais questões, uma vez que, sob o lema neoliberal, todos podem conquistar êxito no mercado de trabalho, basta esforçar-se para isso.

No esteio do formato ECIT, lemos “[...] A sala de aula dá espaço para uma empresa fictícia e cada aluno desempenha seu papel, um se torna o gerente, outro o diretor, outros trabalham no setor de *marketing* ou no RH e, assim, montam um universo rico de ensino e

aprendizagem no campo profissional” (DE, 2021, p. 7). Enunciados como este se ancoram em condições históricas de possibilidades por meio das quais o modelo empresarial adentrou completamente o espaço da escola pública e o faz por meio de uma íntima convivência com o próprio Estado, porque consoante preconiza o documento do modelo ECIT, trata-se de “[...] Uma imersão divertida, afinal, quem não quer aprender como se estivesse no ambiente real?” (DE, 2021, p. 7). Tal questionamento retórico endossa o discurso sedutor das táticas de poder neoliberais que, segundo Safatle (2021), exige uma despolitização intensa da sociedade, uma recusa abrupta de seus questionamentos a respeito da autonomia do discurso econômico em relação aos interesses políticos.

No extrato do documento em estudo, o tom de celebração da abertura da escola ao *modus operandi* empresarial é feito de uma forma supostamente técnica, apolítica e despretensiosa. No entanto, urge problematizar que interesses e jogos de poder matizam esse tipo de formação profissional. A escola, de acordo com Lopéz (2021), necessita ser concebida como um espaço apartado da esfera produtiva e não estar a serviço desta, porque se agir assim perde sua dimensão precípua: ser um lugar em que é possível tomar distância para olhar as coisas de outra maneira. Pensando a escola no sentido de *skholé* que, em grego, designa o ócio ou o tempo livre, “[...] se apresenta como uma ilha de igualdade em um mundo desigual, e por isso a sua existência mesma constitui uma ameaça para as relações desiguais que regem o mundo da produção e do consumo” (LOPÉZ, 2021, p. 193). Dessa maneira, a sala de aula foi colonizada pelo ideário neoliberal, pois passa a funcionar nos moldes de uma empresa fictícia a representar a matriz mercadológica e, ponderando assim, onde se alojaria a formação cidadã preconizada no título do modelo ECIT? Parece-nos que a cidadania se constitui como uma palavra-fetichada a ser acionada somente em dados momentos do documento e depois “esquecida” em prol de uma pactuação irrefletida com o setor produtivo.

Interessante retomar as funções mencionadas pelo documento na composição da empresa pedagógica, a saber: gerente, diretor, funcionários de recursos humanos e de *marketing*. Chama-nos a atenção o apagamento de outras funções a serem exercidas no interior de uma organização empresarial. Essa ausência parece supor que o egresso do ensino técnico irá assumir somente certas atribuições e não outras. Ou seja, o silenciamento de outras funções e carreiras não figuram no horizonte de expectativas do modelo ECIT, o que certamente não



condiz com o cenário de precarização do trabalho na atualidade, conforme discutimos noutro momento deste relatório.

Pensando ainda na construção do professor como um mentor, volvemos o olhar sobre alguns fragmentos do documento do formato ECIT, especificamente quando exibe o passo a passo na formação do docente a atuar na disciplina de EP. Conforme o documento: “[...] o segundo período de formação é iniciado com um vídeo que retrata, de maneira geral, o funcionamento de uma empresa, seus principais atores (funcionários, gestores e proprietários) e as diversas interações que ocorrem no ambiente empresarial” (DE, 2021, p. 27). A formação, portanto, busca levar o docente ao clima do universo empresarial a fim de que ele seja inserido no interior da lógica neoliberal e multiplicar esses saberes com os alunos. Segundo outro trecho do documento, “[...] A ideia é que seja um conteúdo curto, leve e se possível divertido, “transportando” o professor para o clima corporativo” (DE, 2021, p. 27). O apelo à aprendizagem por meio da diversão parece coadunar com as alegrias do *marketing* de que nos fala Deleuze (2006), ao descrever o funcionamento de uma sociedade de controle a atuar sobre os corpos e as subjetividades de maneira sutil e rarefeita. Ora, convém que toda a retórica gerencial seja destituída da seriedade do ambiente corporativo e embalada por pedagogias da diversão, em conformidade com o perfil dos discentes absortos pela sedução das telas dos aparelhos móveis de comunicação. Assim, o docente necessita exercitar esse aspecto lúdico já no processo formativo para, posteriormente, atender a essa demanda que requer aprender “brincando”.

Essa referência à diversão constitui uma estratégia potente para introjetar entre os escolares os desígnios da razão empreendedora, sem que estes possam, *a priori*, resistir, porque o jovem é considerado o agente principal do processo e, se ele aprende se entretendo, ele é levado a aceitar essa imersão no campo empresarial sem maiores hesitações. Em outra etapa de preparação do professor mentor, lê-se “[...] o segundo dia segue o formato de ser iniciado com a apresentação de vídeos. Desta vez, a opção é de um vídeo que destaque a capacidade empreendedora dos jovens” (DE, 2021, p. 28). Os professores são treinados, por assim dizer, para atuarem como incentivadores da capacidade empreendedora dos discentes e isso ocorre porque subjazem saberes da razão neoliberal a impulsionarem desde cedo o espírito empreendedor. Na continuidade da materialidade discursiva do documento, tem-se que a

proposta de oficinas a ocorrerem de forma rápida e com o fito de incitar os professores a sentirem na pele a rotina do contexto empresarial. Assim, “[...] para dar o senso de urgência/prazo, além de tornar o ambiente lúdico, são utilizados um cronômetro (que deve ficar visível a todos os participantes) e um recurso sonoro que promova uma sensação de pressa” (DE, 2021, p. 28). O documento sugere “[...] um exemplo que costuma ser é o som de um coração pulsando” (DE, 2021, p. 28).

Os docentes são estimulados a efetuar, em curto prazo, uma empresa fictícia e, ao fazê-lo, levar os seus alunos a desenvolverem semelhante tarefa. O efeito do tempo se esgotando mostra-se sintomático para o docente vivenciar a rotina exaustiva dos funcionários que precisam cumprir os prazos exíguos das demandas criadas para as empresas e, com vistas a espetacularizar essa exigência, tem-se a figura do cronômetro. Sob a ótica da ludicidade, segundo a orientação do modelo ECIT, o foco consiste em estimular a concorrência e a competição entre os vários grupos de docentes e, depois, de alunos, a incorporarem o *ethos* empresarial. Colabora, para tanto, o som do coração batendo que, a um só tempo, gera o efeito de urgência e alude ao componente emocional, demandando do sujeito a mobilização das competências socioemocionais, conforme discutidas no item anterior.

Para encerrar o processo de formação docente para a atuação nas disciplinas empreendedoras, os professoras apresentam para os demais as suas empresas fictícias e são avaliados pelos pares por meio dos seguintes itens: “Que bom” (recobre os pontos positivos das propostas), “Que tal” (sintetiza as sugestões) e “Que pena” (contempla os pontos a serem aperfeiçoados). Entendemos que esse *feedback* constitui um movimento relevante no interior da razão neoliberal, porque, conforme pontuam Dardot e Laval (2016), o sujeito e seus processos produtivos são continuamente tomados como objetos de avaliação e de auditoria, com vistas a considerar o cumprimento de metas e averiguar indicadores de desempenho e de performance. Sob tal racionalidade, os docentes das disciplinas empreendedoras são imbuídos de saberes relativos ao universo corporativo para, em seguida, replicar entre os alunos as estratégias de controle concernentes às prioridades da formação técnica e profissional no formato ECIT.

c) o protagonismo juvenil como estratégia de biorregulação na educação profissional

No cerne do ideário neoliberal, especificamente na aprovação do Novo Ensino no médio brasileiro (Lei nº 13.415/2017), de acordo com a leitura de Cardoso, Oliveira e Oliveira (2021), produzem-se sentidos dúbios acerca do chamado protagonismo juvenil, porque, se por um lado, defende-se a necessidade de um ser humano com responsabilidades sociais, por outro, emerge uma despolitização inserida no posicionamento segundo o qual o indivíduo prevalece sobre o coletivo. Isso fica bem evidente no processo de escolha dos itinerários formativos, porque é cada aluno, em sua individualidade, o responsável pela construção do seu projeto de vida. Como corolário, pode-se supor que o êxito ou o fracasso não depende de conjuntura social alguma, senão de uma seleção equivocada feita pelo próprio aluno. Quer dizer, a responsabilidade recai unicamente sobre a dimensão individual. Sob esse enfoque o protagonismo juvenil pode ser encarado como uma faca de dois gumes e, em nossa leitura, concebemos como uma estratégia de biorregulação na educação profissional. Ou seja, o jovem é instado a ser o centro, a figura principal do processo formativo e, como tal, deve fazer jus a esse desempenho autoral, munindo-se de competências a serem efetuadas no decurso da formação.

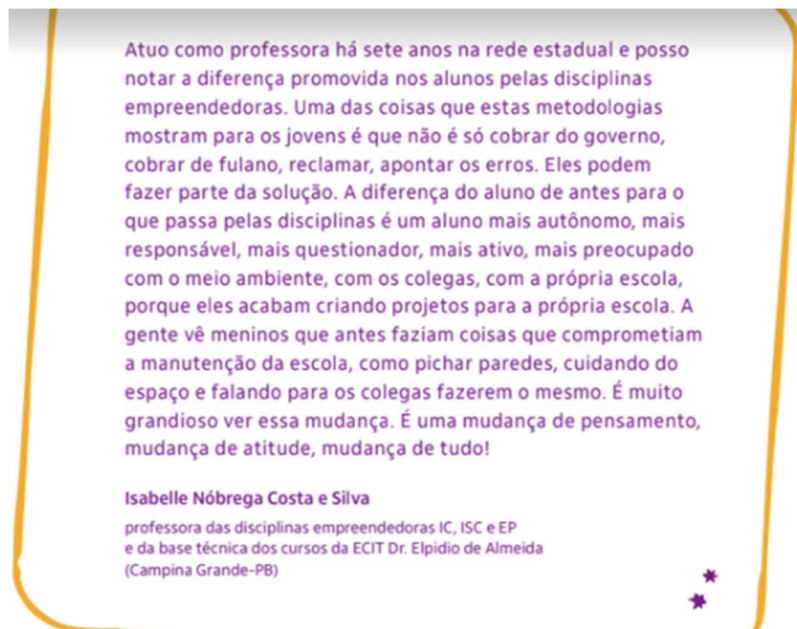
No modelo ECIT, apesar de o protagonismo juvenil perpassar, em maior ou menor grau todos os documentos já publicados, centremos o foco principalmente sobre o fascículo intitulado “Currículo por competências e habilidades: caminhos para a integração entre a formação básica e profissional e técnica”. As competências a serem requeridas por esses discentes, ao término do ensino médio, ilustram o tão propalado protagonismo, conforme aparecem a seguir.

- ser ativo no seu próprio processo de ensino e aprendizagem;
- estabelecer relações entre os conhecimentos básicos da etapa e aqueles requeridos para o ingresso no mundo do trabalho;
- articular os conhecimentos construídos no currículo da base e no técnico, tendo em vista a necessidade de continuar aprendendo e aprimorando os seus conhecimentos;
- interagir de modo consciente e propositivo na comunidade em que estão inseridos;
- desenvolver ferramentas para transformar sua própria condição de vida e intervir de modo propositivo diante das demandas de sua comunidade (CP, 2021, p. 12).

Diante do exposto, convém sublinhar o perfil de egresso do modelo ECIT, qual seja: um sujeito agente do seu processo de ensino e aprendizagem, integrado às demandas de sua comunidade, capaz de mobilizar estratégias para articular saberes e modificar sua condição de vida, partindo do princípio de que a aprendizagem nunca cessa, sendo necessário estar numa formação contínua. Disso resultam as estratégias de biorregulação, pois o sujeito é modulado a desenvolver uma conduta, uma atitude e um comportamento em franca sintonia com a matriz neoliberal e se a escola, conforme assinala Resende (2018), adquiriu a função de instrumentalizar a empregabilidade, cabe ao sujeito investir-se de sua condição de homem econômico e assumir o desenvolvimento de competências que o prepare para o ingresso no mundo do trabalho. Ainda de acordo com Resende (2018, p. 90), isso faz com que “[...] a formação signifique garantia de acessos a postos de trabalho, como se o emprego dependesse tão somente do empenho do indivíduo em sua capacitação”.

Dessa forma, o protagonismo juvenil impulsiona essa postura ativa do aluno no seu processo educativo, dado que dele será cobrada semelhante postura nos processos de recrutamento, na imersão no campo empresarial e na entrada no universo corporativo. Além do mais, consoante demonstra a fala de uma professora de uma instituição escolar credenciada ao modelo ECIT, esse protagonismo também embasa a irrupção de condutas mais dóceis e disciplinadas em relação às normas da escola.

Figura 3 – Relato de docente do modelo ECIT II



Fonte: DE, 2021, p. 32

O protagonismo juvenil, no discurso da docente, encadeia-se com a atuação do aluno com as disciplinas empreendedoras, de modo a torná-lo mais participativo, mais interessado com os problemas da escola e da comunidade. No relato da professora, vislumbram-se as diferenças percebidas no momento em que os alunos passam a serem atendidos pelas disciplinas empreendedoras, pois gera autonomia, criticidade e responsabilidade. Assim, ao serem conscientizados de seu papel na sociedade, os alunos tendem a não responsabilizar apenas o governo sobre os problemas existentes. Essa formação, a nosso ver, dialoga com o paradigma neoliberal, na medida em que o indivíduo passa a ocupar a centralidade dos processos educativos, supondo uma atitude responsiva sobre cada um e, como consequência, escamoteando os vínculos sociais coletivos.

No discurso da docente, nota-se uma atenção especial ao modo como o protagonismo juvenil desencadeou um cuidado com a conservação da escola, que passa a ser assumido pelos alunos, a partir de um processo de subjetivação por meio do qual eles são convocados a assumir uma posição fiscalizadora e a disciplinar também a conduta dos demais. Em outras palavras, produz-se um governo de si, porquanto o aluno passa a não mais depredar o patrimônio escolar,

e um governo do outro, haja vista o caráter vigilante adotado pelos discentes em relação a possíveis transgressões de seus pares. Assim, conforme pontua Souza (2006), há um deslocamento da configuração do “jovem como problema” fornece espaço para o “jovem como solução”, o que manifesta uma posição de destaque da juventude diante de um “novo modo” de fazer política, levando o jovem a sentir-se útil e integrado.

Considerações Finais

O objetivo nuclear do estudo consistiu em investigar as práticas pedagógicas subjacentes a esses documentos, tendo em vista o protagonismo conferido a esse modelo na formulação de políticas públicas para a educação profissional e técnica de nível médio no estado da Paraíba. Averiguamos as condições históricas de possibilidade em que o formato ECIT idealizado e relacionamos a emergência dessas práticas pedagógicas com os influxos da racionalidade neoliberal, paradigma hegemônico nas atuais configurações do capitalismo financeiro e cada vez presente na proposição de mudanças curriculares realizadas no Brasil, sobretudo a partir da Reforma do Novo Ensino Médio e da BNCC. O laço cada vez mais estreito entre as políticas públicas e associações civis ligadas a grupos financeiros tem pautado a agenda educacional em todo o globo. No caso do modelo ECIT, vimos que houve a participação intensa de uma entidade vinculada ao Banco Itaú.

Tendo em vista essas questões, assinalamos como o significante “cidadania” se sustenta frente às demandas neoliberais constitutivas do modelo ECIT e como seria possível conciliar a formação geral e a preparação para o mundo do trabalho, relação delicada que integra um dilema histórico na educação profissional brasileira (CIAVATTA; RAMOS, 2011). Diferentemente da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada a partir da Lei nº 11. 892/2008, cujos princípios defendem a formação integral, a politecnicidade e a omniliteridade, a educação profissional e técnica nas redes estaduais tem sido implementada de modo mais recente e sob uma ordem discursiva que parece distante das bases epistemológicas concernentes às concepções de trabalho da rede federal, balizadas, sobretudo, na tônica da Reforma do Novo Ensino Médio. A análise do modelo ECIT permitiu-nos constatar que, a despeito de os documentos defenderem uma perspectiva de formação integral ancorada

no desenvolvimento do discente para o pleno exercício da cidadania, um olhar mais atento possibilita enxergar algumas contradições.

Dentre elas, podemos enfocar a defesa de uma inserção rápida do egresso do formato ECIT no mercado de trabalho, supondo, assim, uma formação fragmentada, o aprimoramento de competências socioemocionais em franca sintonia com os ditames da racionalidade neoliberal, a invocação do *modus operandi* da empresa como um agenciamento relevante a ser replicado nas salas de aula e a celebração da figura do empresário de si mesmo, tanto na formação docente na atuação das disciplinas empreendedoras, quanto no aperfeiçoamento de competências e habilidades relacionadas ao protagonismo juvenil e a constituição do jovem empreendedor.

Na consecução desses discursos, não foi possível rastrear saberes que pudessem questionar as vontades de verdade que se impõem como um dizer supostamente neutro, apolítico e técnico. Sabemos que uma das técnicas da racionalidade neoliberal consiste em se mostrar como sendo a única alternativa possível, resultando no apagamento de seu projeto político e dos interesses que a subjazem. Nessa ótica, pensar numa formação integral levaria a encetar estratégias responsáveis por colocar sob suspeição as certezas da racionalidade neoliberal, apostando numa crítica contínua aos silenciamentos produzidos nesses discursos.

Entretanto, dado o formato ECIT, não há brechas, pelo menos no esteio do discurso oficial, para articular uma formação profissional em articulação com uma educação efetivamente emancipadora. O desenho curricular e as práticas pedagógicas aliadas a esse modelo estão em peremptória consonância com a cartilha neoliberal e resistir a esse modelo requer ressignificar tais orientações no contexto da prática docente, de espaços de liberdade advindos das potencialidades micropolíticas em cada sala de aula, no poder transformador do chão da escola pública. Todavia, dados os limites desta pesquisa, não se pode cartografar tais movimentos. Que outras abordagens com esse propósito possam ser realizadas, a fim de contribuir com as pesquisas sobre a educação profissional num cenário de agudas crises.

Referências

- ALVES, Y. V.; AZEVEDO, M. A. Trabalho e terceirização: implicações nas políticas de educação e trabalho para jovens no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 18, p. 1-17. 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6953/pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- BALL, S. J. **Educação global S/A: novas redes de política e imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: EdUEPG, 2014.
- BARZOTTO, C. E.; SEFFNER, F. Escola sem partido e sem gênero: redefinição das fronteiras entre público e privado na educação, **Rev. FAEBA – Ed. Comp.**, Salvador, v. 29, n. 58, p. 150-167, abr./jun. 2020.
- BRASIL. Lei nº 13. 415 de 16 de fevereiro de 2017. **Altera as Leis n ° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e dá outras providências**. Brasília: Casa Civil, 2017.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC do Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC, 2018.
- CARDOSO, S.; OLIVEIRA, L. M. V.; OLIVEIRA, V. H. N. Juventude e neoliberalismo: interfaces para pensar o currículo do ensino médio, **Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 3, p. 57-73, set./dez. 2021.
- CARVALHO, A. F. A escola contemporânea e a desertificação institucional: o demérito da *res publica*. In: GALLO, S.; MENDONÇA, S. **A escola: uma questão pública**. São Paulo: Parábola, 2020. p. 85-101.
- CHAVES, D.; MOTTA, V. C.; GARWRYSZEWSKI, B. Programa Solução Educacional: uma formação para a resiliência em tempos de agudas contradições, **Perspectiva**, Florianópolis, v. 38, n. 3, jul/set. 2020.
- CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação, **Retratos da escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, G. Pós-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 219-226.
- FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France: (1978-1979)**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- HAN, B. C. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Trad. Maurício Liesen. Áyiné: Belo Horizonte, 2018.

HYPOLITO, Á. M. Padronização curricular, padronização da formação docente: desafios da formação pós-BNCC, **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, n. 46, v. 17, p. 1-18, jul./set. 2021.

KNÖPKER, M.; COSTA, M. V. Fazendo o neoliberalismo funcionar “dentro de nós”: pedagogia das organizações sociais sem fins lucrativos e formação docente, **Pro-posições**, Campinas, v. 32, e20180137, 2021.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo como ataque ao ensino público. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

LOPÉZ, M. Gratuidade e promoção. In: LARROSA, J.; RECHIA, K. C.; CUBAS, C. J. (orgs). **Elogio do professor**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 189-200.

MACEDO, E. F. Fazendo a Base virar a realidade: competências e germe da comparação, **Retratos da escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 39-58, jan./mai. 2019.

MEDEIROS NETA, O. M. de; LIMA NETO, A. A.; THOMAS, J. Educação profissional e técnica na França e no Brasil: histórias cruzadas, **História Revista**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 7-30, maio/ago. 2020.

NAVARRO, P. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos, **Moara**, Belém, v.1, n. 57, p. 8-33, 2020.

PARAÍBA. **Plano Estadual de Educação**. Lei nº 10. 488, 23 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação. Paraíba: Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 2015.

PARAÍBA. **Articulação curricular e projetos empreendedores**: uma prática inovadora na rede pública da Paraíba. João Pessoa: Secretaria de Educação; A União, 2018.

PARAÍBA. **Disciplinas empreendedoras**: metodologias para uma aprendizagem integral e cidadã. v. 2. João Pessoa: Secretaria da Educação; A União, 2021.

PARAÍBA. **Currículo por competências e habilidades**: caminhos para a integração entre a formação básica e a educação profissional e técnica. v. 3. . João Pessoa: Secretaria da Educação; A União, 2021.

RESENDE, H. A educação por toda a vida como estratégia de biorregulação neoliberal. In: RESENDE, H. (org). **Michel Foucault**: a arte neoliberal de governar a educação. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes/CNPq, 2018. p. 77-94.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 11-38.

SCHERER, R. P.; GRÄFF, P. Professor, tutor ou *coach*? Reflexões sobre a docência em um contexto de capitalismo flexível e emocional, **Revista Tempos e Espaços em Educação**. Aracaju, v. 13, n. 32, 2020.

SILVA, E. C. ; SOUZA, F. C. S; SILVA, F. V. Programa Novos Caminhos: a dualidade assumida? **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, Rio Branco, v. 7, p. 271-292, 2020.



SIMEÃO, J. D. L. **Sociologia no currículo do ensino médio integrado dos *Campi* de Natal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte**: desafios e possibilidades da formação humana integral e cidadã. 203 f. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional). Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte: Natal, 2020.

SISTEMA DE ENSINO DE ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS TÉCNICAS. **Quem somos**. 2020. Disponível em: <http://see.pb.gov.br/metodoecit/quem-somos/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SOUZA, R. M. **O discurso do protagonismo juvenil**. 2006. 371 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

STANDING, G. **O precariado**: a nova classe perigosa. Trad. Cristina Antunes. Autêntica: Belo Horizonte, 2020.

TRISOTTO, F. Jovens da ‘geração quarentena’ precisarão de ajuda dos governos para conseguir emprego, diz diretor da OIT, **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 dez. 2021.